

## **POESIA E POLÍTICA: O ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO NAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013**

### **POETRY AND POLITIC: THE BRAZILIAN PUBLIC SPACE ON JUNE 2013 DEMONSTRATIONS**

*Frederico Fernandes<sup>1</sup>*

RESUMO: As Jornadas de Junho de 2013 caracterizam-se, sobretudo, pela impossibilidade de construção de uma “unidade” nas ruas. O principal problema é devido à *crise linguística*. As manifestações individuais criaram textos que revelam uma sobreposição entre *práxis* e *poíesis* e possuem conexões particulares com a literatura. A partir de filósofos como Debord, Agamben e Virno, este artigo tratou das Jornadas enfocando o papel da poesia no espaço público.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia. Práxis. Espaço público. Jornadas de Junho.

ABSTRACT: The 2013 June Brazilian demonstrations have been characterized for its impossibility of building a political unity on the streets. The main problem was due to the *linguistic crisis*. The individual demonstrations have created texts that reveals an overlapping between *praxis* and *poiesis* and have unique connections to the literature. From philosophers as Debord, Agamben, and Virno, this article dealt with this event focused on the role of poetry in the public space.

KEYWORDS: Poetry. Praxis. Public Space. Brazilian demonstrations.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina.

## POESIA E POLÍTICA: O ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO NAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

O que se deflagrou em junho de 2013 no Brasil entrará para a memória nacional com várias denominações: “manifestações”, “revoltas”, “protestos”, “movimento” e, talvez a mais genérica mas não menos apropriada, “jornadas”. Cada uma possui uma carga semântica diversa que, por sua vez, contorna os acontecimentos a partir de uma perspectiva da qual se deseja apreendê-los. E é possível revisitá-los a partir de todas as denominações a eles aferidas, pois se tratou de uma sucessão de dias (daí “jornadas” vestem como uma luva), com ocupações de variados espaços públicos, que se alastrou para cidades em boa parte do território nacional, protagonizados por pessoas com interesses muito diversos e com ou sem confrontos policiais. Não é possível situá-los dentro de um ordenamento específico. Faixas e cartazes eram criados e, também, reproduzidos numa dimensão quântica. Colagens e pichações, ainda hoje visíveis nas ruas por onde passaram os manifestantes, reiteram ideologias diversas. Em meio à densidade pela qual se apresentam tais acontecimentos, este artigo não tem a pretensão de defini-los, nem de refletir sobre qual seria sua melhor denominação, muito menos explicar suas origens. Não se trata de uma leitura histórica, filosófica ou sociológica, apesar de haver um inevitável e saudável diálogo com estas áreas. Aqui, busca-se compreender as Jornadas de 2013 a partir do seu *hic et nunc*, de sua performance, sem que, para tanto, seja analisado um dia ou um fato em específico, mas algumas demonstrações em meio a milhares que se sucederam. Trata-se, sobretudo, de uma leitura sobre o papel da poesia em meio a um ato político, sobre a poesia e suas manifestações no espaço público.

06 de junho de 2013 foi um fim de tarde até então atípico na metrópole paulistana já acostumada a grandes congestionamentos no retorno do trabalho: pessoas se aglomeravam em frente ao MASP na avenida Paulista agitando a cidade com faixas e cartazes em decorrência do aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus. Na Praça dos Três Poderes em Brasília, com algumas horas de antecedência, 150 índios Mundukuru, do Pará, cobravam da presidente o fim do projeto de construir uma usina hidrelétrica no Rio Tapajós. A manifestação de São Paulo ficou mais evidenciada pela recorrência com que ganhava as ruas. Com o passar dos dias, ela já não era mais paulistana, mas de inúmeras cidades, muito menos tinha a ver apenas com transporte, mas com moradia, corrupção, saúde, educação, gastos públicos, racismo,

direito homossexual, reforma política, direito das mulheres, entre outros temas ou reivindicações. As Jornadas foram ganhando repercussão internacional, principalmente, em razão de o país ser a sede do Mundial da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016. Pindorama ultrajava o mito das “grandes transformações” pacíficas. O inverno começava a chegar e parecia enrijecer a velha cordialidade brasileira.

O fenômeno em tela não pode ser considerado um acontecimento tardio à ordem de protestos mundiais, apesar de ser tentador analisá-lo como pertencente a um mesmo conjunto. E parece que é assim que o filósofo Slavoj Žižek, em seu ensaio “Problemas no Paraíso”, situa as Jornadas de Junho no Brasil em meio à onda de protestos internacionais. Segundo ele, o que os une em todo mundo “é que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de, pelo menos, duas questões: uma econômica [...] e outra político-ideológica [...]” (In: ROLNIK, 2013: epub). Porém, qual protesto de rua na história da humanidade não teve como fundo, *mutatis mutandis*, esta mesma combinação de fatores? Os acontecimentos do mundo árabe e das grandes cidades do lado de cima do Equador encontram-se em sintonia com as Jornadas brasileiras na medida em que são qualificados por pessoas em reação a um modo de se praticar a política na contemporaneidade. Trata-se, antes de mais nada, de uma tentativa – às vezes não-verbalizada – de se opor ao “estado de exceção”, conceito que será retomado adiante, instalado na estrutura política de governos ocidentalizados.

Assim como as cidades, as paisagens e a topogeografia em que as manifestações operaram são diversas, cada uma a seu modo destacou-se pela singularidade dos gestos, das palavras, das ações e reações mobilizadas no campo onde transcorreram. É claro que qualquer tentativa de ler as jornadas brasileiras como um acontecimento isolado num mundo de comunicação imediata e global soaria disparatado. Mas uma leitura que privilegiasse esta perspectiva passaria ao largo da singularidade e da potencialidade poética e política do que se operou nas ruas brasileiras desde o “Fora Collor!” há 21 anos atrás. E, nesse sentido, sua singularidade não é de ordem topológica, mas também temporal, isto é, em relação à própria história brasileira.

## A LINGUAGEM ESPETACULAR DAS RUAS E A CRISE LINGÜÍSTICA

Ao contrário da “Passeata dos 100 mil” (junho de 1968), das “Diretas Já!” (1983-1984), do “Fora Collor” (1992), as Jornadas de Junho eram protagonizadas por uma multidão em dissensão. Pela primeira vez, a sociedade brasileira parecia estar diante de uma manifestação com acentuados aspectos de uma revolta, marcadas pela perturbação e pelo agito, cuja complexidade de ideias se sobrepunha a palavras de ordem, a palanques, a lideranças. Como bem a definiu o filósofo Marcos Nobre: “não são revoltas dirigidas contra este ou aquele partido, esta ou aquela figura pública. São revoltas contra o sistema, contra ‘tudo aquilo que está aí’”. (2013: epub)

O espaço público veio a se configurar, nessa lógica, como um espaço aberto a todo tipo de indignação em que ideologias – conservadoras, liberais, anárquicas e até mesmo de esquerda – misturavam-se numa mesma massa. Tratava-se de um movimento em que as relações sociais entre as pessoas eram mediadas por um sentimento ainda verde de injustiça, ou seja, eram apresentados caminhos diversos e alternativos para se alcançar a justiça, mas não havia ali um rumo comum a ser tomado. O quadro assemelha-se bastante ao descrito por Guy Debord em sua *A sociedade do espetáculo*, segundo o qual “A origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo [...] O espetáculo não é nada mais que a linguagem comum desta separação” (2003, p.25). No caso das Jornadas de 2013, a confluência e a simultaneidade de ideologias acabaram por criar um tipo de hiato ideológico, que tornou a performance de praça pública incapaz de se unificar num movimento de demanda clara.

O motivo dos protestos era compreendido numa única palavra de amplitude semântica e múltiplos sentidos: “insatisfação”. A rigor, a palavra-chave mais evidente das revoltas apresenta uma flexibilidade e alcance incomuns, ajustando-se a um arco muito grande de tendências políticas. Ela reflete um estado coletivo, mas não um consenso. A característica multifacetada e a recusa explícita de grande parte dos manifestantes à adesão político-partidária, somadas à repercussão na mídia – que no primeiro momento foi negativa e, depois, positiva – e a possibilidade de exploração de um evento de repercussão internacional que se avizinhava, juntamente com as eleições, tornaram as Jornadas vulneráveis a ideólogos que tentavam se apropriar de suas imagens, a favor de interesses próprios, fossem eles partidários ou de movimentos sociais.

O mecanismo de ação do espetáculo encontra-se fundeado ao lado da linguagem. Ele lança suas espias e a invade como um grande navio pirata, não deixando para sua vítima margem de salvação. Ele a escraviza, empregando sua poderosa força de transformação e epifania a serviço da automação e da coisificação do ser. Sendo o senhor absoluto da linguagem, o espetáculo a adorna, ofertando-o ao mundo dos homens, sem deixar de fazer dela sua principal agente de propagação do hedonismo. A linguagem no mundo espetacular volta sua semântica para o fortalecimento do sujeito enquanto indivíduo, envaidecendo-o sob o pretexto do prazer e do entretenimento. Desse modo, tal mecanismo acaba por aprisionar também o homem que começa a compreender e a expressar o mundo pela mediação do espetáculo. Tem como corolário a ruptura da “unidade” pois, “[...] a unificação que realiza não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada.” (DEBORD, 2003, p.14). A “linguagem oficial” do espetáculo coloca-se como uma barreira entre o homem e o mundo, levando-o a admirá-lo sem que perceba as lentes da própria espetacularidade que os entremeia. Ela é o anúncio de uma crise linguística.

A crise linguística será a perda da dimensão do que efetivamente está em disputa: contra o que protestar? Ela nasce, então, da incapacidade de criar uma unidade, deixando o fato à mercê da interpretação mal intencionada. *A crise linguística é, então, a incapacidade de o coletivo enunciar o problema e, conseqüentemente, de julgar, motivando uma ação.* Por isso, o linchamento público, a metralhadora coletiva que se dirige a tudo e a todos é a forma mais contundente que o sujeito acometido por ela encontra de expressar sua angústia pela ausência do prazer. Em relação aos acontecimentos de 2013, a crise linguística – ou o manifestante capturado pela linguagem espetacular – aflora com mais vigor na figura de um coletivo inapto a diagnosticar e a expressar o ponto nevrálgico de seu descontentamento, o que inviabilizaria, por conseguinte, a unidade nas ruas.

O fato, lembrando pelo historiador Licoln Secco em *Cidades Rebeldes*, de que neonazistas expulsaram manifestantes da esquerda, enquanto “cidadãos do bem” aplaudiam, é um exemplo da falta de consenso evidenciada nas ruas. A dificuldade de os manifestantes se constituírem enquanto um corpo coletivo de diretrizes ideológicas pensadas coletivamente os levava a aplaudir qualquer ação que representasse anseios mais imediatos, fosse ela de motivação não esclarecida de matiz conservador, racista e/ou totalitária. É assim que o mecanismo da crise linguística funciona: torna o sujeito incapaz de vislumbrar um anseio comum, desenvolvendo como defesa o ataque a aquilo que, a seu redor, possa representar uma forma de invasão.

A origem da crise política das Jornadas não é outra senão linguística. “Eles não nos representam!”, era o brado de grande parte dos manifestantes *verde-e-amarelos* contra os *black blocs* e organizações partidárias, em meio a um fenômeno político que a todo momento ela insistia em denominar “antipartidário” e “pacífico”. Mas a aversão partidária, nesse caso, pode ser menos um sintoma de despolitização que uma manifestação contra ao que se tem praticado como nefasto na vida política, isto é, a política com decisões de cima para baixo, a política que atende a interesses de grandes capitais e a política como forma de beneficiamento

do indivíduo ou de grupos determinados. Trata-se, de fato, de uma política na qual o cidadão não se vê representado, a não ser quando se encontra numa relação de empoderamento.

Em *Choque de democracia*, Nobre assevera que a rejeição à política das ruas se devia ao fato de que as Jornadas eram constituídas, em sua maioria, por uma juventude que cresceu assistindo a acordos de bastidores,<sup>2</sup> em que adversários se acertam, fazendo de Brasília um “condomínio do poder”. A esta dinâmica política, Nobre a caracterizou como pemedebismo. Para o filósofo, a principal razão, daquilo que ele denominou “revoltas”, deve-se ao “funcionamento do sistema [que] está em descompasso com as ruas”, sendo tal descompasso decorrente do modo de fazer política que atravança o jogo democrático.

## LINGUAGEM, POLÍTICA E INDIVIDUALIDADES

A prática política na modernidade configura-se, ao ver de Giorgio Agamben (1996; 2002), como uma excepcionalidade “soberana”. Trata-se de um estado no qual o sujeito é levado a viver a “vida nua” ou *zoé* (modo como se vivem os animais) para dentro da vida política. No conceito clássico de política aristotélica, a ausência de uma vida política, ou *bíos políticos*, era o impedimento para levar o sujeito a atingir a “boa vida”. Isso só era possível, segundo Aristóteles, por conta da linguagem.

Na mesma linha de raciocínio, Agamben afirma que “a política humana é distinguida daquela dos outros viventes porque fundada, através de um suplemento de politização ligada à linguagem, sobre uma comunidade de bem e de mal, de justo e de injusto, e não simplesmente de prazeroso e doloroso.” (2002, p.10). E, adiante: “A política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva.” (Idem: 16) Para o filósofo italiano, a política na modernidade não conseguiu construir a “articulação entre *zoé* e *bíos* entre voz e linguagem” (Idem:18) e, como consequência, a vida nua aderiu-se à biopolítica sob forma da exceção. A excepcionalidade, na leitura agambeniana, configura-se como um *modus operandi* da política na modernidade. Trata-se não apenas da ação direta do soberano na forma de suspensão do estado legal, mas “o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está [...]” pois “*A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta.*” (2002, p.25. Grifo do autor). Em termos práticos, quem institui o *nómos* exclui-se dele ao incluí-lo. A linguagem faz-se, nesse sentido, pela mesma estrutura soberana já que “não existe um fora da língua”, estando ela “além de si mesma” (idem: 29). A estrutura soberana não se constitui uma prerrogativa política. Retomando Agamben:

Se a exceção é a estrutura da soberania, a soberania não é, então, nem um conceito exclusivamente político, nem uma categoria exclusivamente jurídica, nem uma potência externa ao direito (Schmitt), nem a norma suprema do ordenamento jurídico (Kelsen): ela é a estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão. (2002, p.35)

Por isso, a estrutura soberana imerge de instituições que proclamam as leis e entram em crise de legitimidade, por conta do efeito autossuspensivo da norma imposta por elas próprias. Ao formular a exceção nestes termos, Agamben a situa no espaço determinado do campo. O campo não se trata apenas do espaço de reclusão (o campo de concentração, por

---

<sup>2</sup> Segundo Lincoln Secco, em São Paulo, 84% dos que integraram a passeata de 17/06 de 2013 não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto, 53% tinham menos de 25 anos, 77% tinham ensino superior. Dados apresentados por Ruy Braga, no Rio de Janeiro, indicam que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até 13 salários mínimos; 30,3% entre 2 e 3 salários mínimos, 28 anos era a idade média dos manifestantes. Em Belo Horizonte, os dados apontam para o mesmo quadro. (In: ROLNIK, 2013: epub)

exemplo), mas o lugar de ordenamento, tornando-se “o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a se tornar a regra”. (1996, p.36). Em termos práticos, casos de corrupção como o do mensalão, as prisões de manifestantes em junho de 2014 e, mesmo no plano internacional, a justificativa de Guantánamo, o Wikileaks e os escândalos sexuais de Berlusconi exemplificariam a excepcionalidade em termos da norma que é excedida no campo.

A política é um evento linguístico no qual a experiência em si “não é o fim mais elevado, mas é o próprio ser-em-linguagem constituindo-se uma pura medialidade, o ser-em-uma-mídia como condição irreduzível dos homens. Política é a exibição de uma medialidade e torna visível o meio enquanto tal”.<sup>3</sup> (AGAMBEN, 1996, p.92). Sendo uma forma concreta de expressão, a política torna-se também um gesto. O gesto é, assim, o cruzamento entre o geral e o particular, entre a vida e a arte, entre o ato e a potência (Idem: 65). As Jornadas de Junho são a essência de um gesto enquanto um *ser-em-um-meio*. É um ato comunicacional em que expressões do agir e do fazer, da *práxis* e poesia se sobrepõem, porém salvaguardando suas essências.

A crise linguística das Jornadas não se define pelo silêncio e pela ausência do que comunicar. Muito pelo contrário, a crise é a multiplicidade de formas de comunicação que rompem com a unidade ao gerar o dissenso. Nesse sentido, os acontecimentos de Junho de 2013 constituem uma forma diferenciada de prática política. Ao irem para as ruas, os manifestantes com seus cartazes e suas várias mensagens colocam-se como uma *potência de ruptura da vida nua*, mesmo que a falta de uma ideologia consensual os aproxime mais da *zoé* do que do *biós políticos*. A crise linguística das jornadas merece um olhar mais atento, já que a forma como os manifestantes buscam expressar seus diferentes interesses e reivindicações – tornando-se um *ser-em-um-meio* –, dá vazão a singularidades por meio da criação artística.

As demonstrações de 2013 vão de performances em grandes grupos até manifestações protagonizadas por indivíduos. Uma sorte de linguagens artísticas se fez presente: música, coreografia, teatro de sombras, poesia visual. Mas é nos cartazes, no uso da função poética ao empregar a palavra, na utilização da rima, na composição entre a imagem e a escrita que se verifica uma aproximação entre as demonstrações e a literatura. Não se trata de entendê-las como uma obra literária, pois evidentemente dizem respeito a sistemas culturais diferenciados. No entanto, um princípio literário, por meio da escrita impactante, voltada ao seu receptor e que busca tirá-lo da automação cotidiana, era claramente perceptível nas ruas.

Alguns exemplos foram pinçados entre milhares de imagens circuladas pela internet:

(1)  
*Marinheiro, marinheiro*  
*Quero ver você no mar*  
*Eu também sou marinheiro*  
*Eu também sei governar*

(2)  
*E quem disse que não existe*  
*mais amor em São Paulo*  
*Tá muito enganado*  
*Na minha pátria*  
*Eu não fico mais calado*

(3)  
*A consciência do povo daqui*  
*É o medo dos homens de lá*

<sup>3</sup> A tradução de todas citações em italiano, neste artigo, é de minha responsabilidade.

(4)  
*Mais felicidade*  
*Menos Feliciano*

(5)  
*Não quero estádio*  
*Pra Copa do Mundo*  
*Quero cadeia*  
*Pra político vagabundo*

(6)  
*Era uma vez*  
*o dinheiro do Brasil*  
*Veio a Fifa e ele sumiu*

(7)  
*Fifa da puta!*

(8)  
*Atenção!*  
*Isto pode ser um poema (escrito de cabeça para baixo)*<sup>4</sup>

O suporte de comunicação é um aspecto considerável para a análise dos versos. Ele deve ser portátil, chamar atenção ao primeiro golpe de vista e, ao mesmo tempo, expressar uma opinião política. Sendo assim, os cartazes valiam-se de cores que realçavam os dizeres ou imagens que compunham os significados. Além disso, alguns manifestantes estavam fantasiados, transformando o cartaz num elemento acessório da performance. As palavras impressas não se encontravam dissociadas das múltiplas encenações ocorridas nas ruas e, tanto ao acaso como de modo intencional, compunham com os grandes blocos de pessoas um texto de significação particular. Lidas isoladamente, a característica mais relevante é o poder de síntese da enunciação, no qual claramente se evidencia um contexto político próprio e a capacidade de criar uma comicidade dos acontecimentos ou subverter o uso cotidiano do sentido (estrofes 4, 7 e 8). Além disso, detecta-se também o emprego da métrica aproximada às redondilhas (estrofes 1, 2, 5 e 6), lembrando um ritmo muito caro à poesia popular, dos cantos de cordel e de algumas variações de repentes.

O campo semântico dos enunciados acima é dotado de uma ação inovadora, performática e voltada para a esfera pública, no mesmo sentido em que Paolo Virno compreenderá o chiste. Para ele: “o chiste é um discurso significativo sobre a *crise* da significação” (2005, p.42. Grifo do autor). De fato, aí reside a importância dos enunciados para uma dinâmica política. Se a crise linguística é a incapacidade de julgar e de agir coletivamente, os enunciados irão gestar uma forma política em potência, por meio do aproveitamento do extrato poético. A construção enunciativa trabalha em dois campos distintos: o do agir – ao colocar-se enquanto um enunciado prático, isto é, voltado para o acontecimento político no qual se encontra –, e também o do fazer, por uma poesia não somente evidente pela função poética (no sentido jakobsoniano) de sua textualidade, mas também pelo seu ato criacionista.

---

<sup>4</sup>As estrofes de 1 a 4 foram extraídas de fotos de manifestantes na Avenida Paulista em 20/06/2013, feitas por Caio Kenji para o portal de notícias G1. In: <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/>. A estrofe 5 é da foto de Marcelo Brammer para Brazil Photo Press, feita em São Paulo e a 6 da *Veja*, feita em Brasília. Estas duas últimas podem ser acessadas no endereço <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/manifestacoes-cartazes-de-manifestantes-mostram-a-grande-diversidade-de-reivindicacoes-e-protestos/> acessado em 09/01/2015. As estrofes 7 e 8 foram a partir de fotos de manifestantes via Facebook sem outras referências.

Neste ponto, as Jornadas têm na poesia um fator diferenciado. Se o coletivo não vislumbra o problema, é incapaz também de criar o sentimento comunitário do justo e do injusto, do bem o do mal, não alçando o indivíduo à “boa vida” aristotélica. Então, é a encenação da individualidade por meio do emprego da palavra precisa e impactante, do significante que age na crise de significação, que alguns manifestantes transcenderão a crise linguística de um modo individual. A arte (a forma-de-fazer) transforma-se uma tábua de salvação da política (o modo-do-agir).

A poesia das Jornadas tem outras especificidades que a descolam do sistema literário – sem desprendê-las totalmente da literatura – e a configuram num sistema poético de características próprias. Pensar sua dinâmica é um grande desafio para o estudioso da literatura, pois o leva a refletir sobre a palavra poética na esfera pública, o que o conduz ao diálogo inevitável com outras disciplinas das artes e humanidades.

## POESIA NA ESFERA PÚBLICA

Ao serem analisados dentro de uma manifestação de rua, os textos extraídos de cartazes das Jornadas de 2013 trazem uma inevitável sobreposição entre os campos da poesia e da prática. Nas artes contemporâneas, tal sobreposição tem se tornado cada vez mais comum, na medida em que artistas promovem intervenções em praças públicas, compondo com a paisagem urbanística. O esforço intelectual no sentido de teorizar tais expressões artísticas tem gerado conceitos em que a poesia é tomada pela prática e vice-versa, sem que sejam observadas as diferenças de experiências decorrentes dos dois campos. Pensar a poesia na esfera pública requer um esforço no sentido de se compreender que tipo de experiência pode ser derivada da relação entre o receptor e o suporte artístico com o qual se está tendo contato.

Deve-se, em grande parte, ao conceito de “coreopolítica”, de André Lepecki, a fagulha para pensar as Jornadas de 2013 como uma manifestação poética. Para formulá-lo, ele tomou com exemplos imagens da mídia global sobre a onda de protestos da chamada “Primavera Árabe”, que eclodiram em dezembro de 2010, e seus desdobramentos em Nova York, Atenas, Londres, Barcelona, e, também, gravações de performances de artistas como Willian Pope.L., Tânia Bruguera, entre outros.

O conceito de coreopolítica apoia-se em teóricos da coreografia (Andrew Hewitt e Randy Martin) e filósofos (Jacques Rancière, Hannah Arendt, Giorgio Agamben e Félix Guattari). O pressuposto formativo é o de que a coreografia aciona uma pluralidade de domínios virtuais: “sociais, políticos, econômicos, linguísticos, somáticos, raciais, estéticos, de gênero” (2012, p.46) e os entrelaça em seu plano de composição. A coreopolítica, desse modo, é constituída a partir de uma dialética entre lugares e danças, por meio de uma “corressonância coconstitutiva”, o que a situa no espaço da pólis: do urbano onde se constitui a prática política do cidadão. A pólis, para Lepecki, é tanto o espaço da “automobilidade” (sobre o qual vão transitar principalmente *flâneurs* e carros), como também o espaço aberto à construção de toda sorte de edificações que “determinam e orientam o urbano como nada mais do que o palco para a circulação dos emblemas do autônomo”. (Idem: 47-48). A coreopolítica revela, assim, “o entrelaçamento profundo entre movimento, corpo e lugar.” (Idem: 55).

O conceito de Lepecki não deixa de ser interessante se se pensar a coreopolítica a partir da ideia aristotélica de *dynamis*, isto é como uma potência para a realização da arte, regida pela coreografia do espaço urbano, no qual se encontram tangíveis como prédios, quarteirões, policiais que, ao mesmo tempo, visam a prescrever um fluxo citadino. O problema está em perceber os protestos de rua como uma arte *tout court*. Esta deliberada sobreposição da dança à política num mesmo campo, o do agir/da *práxis*, como se apresenta

em inúmeras passagens do artigo,<sup>5</sup> pode ser um reflexo da necessidade de fundir o conceito de coreografia ao de política, pelo qual se justifica a “coreopolítica”. Seu corolário, no entanto, acaba sendo o de equivaler o princípio da *poiesis* ao da *práxis*, sem levar em conta a diferença na natureza de experiências.

Tal sobreposição não é incomum no campo da filosofia e das ciências sociais. Giorgio Agamben em *Uomo senza contenuto* demonstra como Marx, por exemplo, não diferenciava a produção intelectual e artística da produção industrial. É certo que, no caso de Lepecki, a sobreposição *práxis/poiesis* não coloca em confronto tais produtos. A partir das semelhanças entre arte e política apontadas por Hannah Arendt, cujo argumento é que ambas se valem de uma mesma técnica e apresentam uma virtualidade, Lepecki acaba por reforçar a similitude sem observar a diferença. Semelhante não significa dotado de uma mesma essência. O corolário é que poesia e prática não são a mesma coisa e, na esfera pública, têm funções diferentes apesar de serem contíguas.

Agamben faz o exercício intelectual para separar os dois campos de produção. Para ele, *práxis* (*prattein*) é uma ação no sentido de agir/fazer, do qual o resultado será o produto, e *poiesis* (*poien*), por sua vez, é empregada na filosofia aristotélica no sentido de “levar a ser”, gerando um “pro-duto” (grafado propositalmente desta maneira), isto é, a pro-dução em presença. Envoltos pelo pensamento aristotélico, Agamben observa que o homem é o ser capaz de experiência, por isso desenvolve arte e ciência. Em suas palavras:

que apenas o homem seja capaz de experiência significa, desse modo, que com o tempo o homem determina sua ação, ou seja, a atravessa, e é portanto capaz de Πράξις, do andar-através até o limite da ação [...] (1994, p.112)

A *práxis* é, portanto, aquilo-que-vai-além, isto é, atravessa a barreira do “levar a ser” constituindo-se enquanto um produto. A prática é uma ação que “anda através de”, ela produz. A poesia, diferentemente, é aquilo que é feito, sem que o trabalho tenha como fim o produto. A poesia pro-duz, isto é, leva a ser. Pro-duto (*poiesis*) e produto (*práxis*), sendo gerados de maneiras distintas, constituem experiências (*empiria*) distintas. A *práxis* remeterá ao particular, enquanto a *poiesis* ao geral. O caráter essencial da *poiesis* é um modo de verdade, de desvelamento, *a-lethéia* (*ἀ-λήθεια*). Trata-se de um processo com um fim em si mesmo, ou como a compreende Virno: “a *poiesis* fabrica um produto autônomo: é a casa ainda por construir, a saber o resultado final, a determinar em detalhes a natureza e as modalidades de produção próprias da atividade de edificação” (2013, p.18). Uma vez acabada, uma vez sendo, deixa de ser uma ação que a “leva a ser”, para se tornar um agir pelo qual ela se fez. A casa torna-se, assim, produto de uma *práxis*, um modo de produzir guiado pela vontade.

No caso de Junho de 2013, a linguagem poética é o desvelamento, a forma como o contexto é significado, ou seja, a partir de uma perspectiva que afronta o estado de exceção da política brasileira. A *práxis* não se realiza totalmente, pois não produz ação política, ao se enroscar no dissenso dos manifestantes. O saldo positivo das Jornadas será o da poesia na esfera pública, protagonizado por sujeitos.

Recapitulando, poesia e política são um produto da linguagem, ambas se assemelham na medida em que fazem se mostrar ao outro, possuem uma virtualidade. Tanto o artista quanto o político agem na esfera pública e isso, ao ver do pensamento aristotélico, é próprio

---

<sup>5</sup> O movimento de atrelar dança à política se faz notar em várias passagens de seu texto: “a ação política se equipara mais uma vez à dança, e é isso que faz com que seja necessária a construção do urbano como espaço de contenção arquitetônica e legal da dança-política” (LEPECKI, 2012, p.48 – Grifo do autor). Ou ainda: “Coconstitutivas uma da outra, poderiam dança (ou ação política imaterial) e cidade (fazer legislativo-arquitetônico material) encontrar-se e renovar-se numa nova política do chão [...]” (Idem: 49).

do ser humano pois: é o único animal que possui linguagem e pode vir a utilizá-la como instrumento de interação pública (ou interior como patrimônio da mente). Porém, como pontua Virno: “a política não insere suas raízes em uma região circunscrita da atividade verbal, mas tem a ver com o *ter* linguagem”, sendo que a índole do discurso poético representa “o pressuposto unitário sobre o qual se assentam tanto as diversas formas de vida, como os múltiplos jogos linguísticos cognitivos e aqueles produtivos” (2003, p.32).

As palavras de Virno serão cruciais para o entendimento de que poesia e política são formas de linguagem diferenciadas, pois a política não opera ao interno da própria linguagem, como vai fazer a poesia. A relação que se opera entre a política e a linguagem é a do plano material. O “*ter* linguagem” do qual trata Virno, vai alçar a política a uma condição de mídia, como já havia observado Agamben em *Mezzi senza fine*. A linguagem física e material da política produzirá um *ser-em-linguagem*, situando-o inevitavelmente no campo da *práxis*, pois é o ser que age, produz no mundo dos homens, na pólis. Por sua vez, a poesia não adentrará a esfera pública senão sob a licença da “cena”: o cartaz, a palavra, o gesto, a performance, ou seja, por meio da virtualidade de um espaço que apresenta potencialmente um mundo, mas não o colocará em ação.

As Jornadas de 2013, ao se constituírem como um espaço para a criação e a expressão criativa poética por meio da palavra, contribuem para o desvelamento de uma verdade de mundo, e assim fomentam a política. Trata-se de uma poesia voltada ao outro, sensibilizando-o para o mundo e para o seu potencial de transformação. Por isso, a poesia das ruas de Junho de 2013 acaba tendo uma função que é não menos literária: a função humanizadora. Em meio à crise linguística protagonizada por um coletivo, a forma como cada sujeito encenou sua individualidade possibilitou um fazer (não-prático), indiciador da excepcionalidade política no mundo contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Mezzi senza fine: note sulla politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1996.

\_\_\_\_\_. *L'uomo senza contenuto*. Macerata: Quodlibet, 1994.

\_\_\_\_\_. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Rio de Janeiro: eBooksBrasil, 2003.

LEPECKI, André. Coreopolítica e coreopolícia. In: *Ilha*. v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. (2011) 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2011v13n1-2p41> > Acesso em: 03 ago. 2014.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia. Razões da revolta*. São Paulo: Cia das Letras, 2013. [ePub]

ROLNIK, Raquel et. all. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*: São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. [ePub]

VIRNO, Paolo. *Quando il verbo si fa carna*. Linguaggio e natura umana. Torino: Bollati Boringhieri, 2003.

\_\_\_\_\_. *Il motto di spirito e azione innovativa*. Torino: Bollati Borimghieri, 2005.

\_\_\_\_\_. *Grammatica della moltitudine*. Per una analisi delle forme di vita contemporanee. 4.ed. Roma: Derive Approdi, 2014.

Recebido em: 19 de janeiro de 2015.

Aceito em: 08 de julho de 2015.